

MERCADOS



Dólar fecha a R\$ 5,003 e tem menor cotação desde junho; Bolsa cai

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

O real encerrou ontem com nova valorização frente ao dólar. Aportes de investidores estrangeiros no mercado brasileiro respondem em grande parte pela queda no câmbio. O Brasil está temporariamente atraente ao capital enquanto pairam incertezas sobre as principais economias globais devido aos impactos inflacionários que podem ser agravados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

O dólar recuou 0,95% ontem, a R\$ 5,003. É a menor cotação da moeda americana desde 30 de junho, quando fechou valendo R\$ 4,972, segundo dados da agência CMA. Ainda durante a sessão desta quarta, a divisa chegou a cair a R\$ 4,994.

Desde que atingiu o pico neste ano, que foi de R\$ 5,71 em 5 de janeiro, o dólar já re-

cuou 12,4%.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), porém, teve um dia de correção. O Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,78%, a 112.007 pontos.

Os ganhos mais óbvios no mercado brasileiro em meio à crise geopolítica vêm do petróleo, que subiu 0,17% no final da tarde de ontem, cotado a US\$ 97 (R\$ 486,32). Além de estar no seu maior nível de preços desde meados de 2014, a commodity poderá romper os US\$ 100 neste ano, dizem analistas.

Os principais indicadores de ações negociadas em Nova York acumulam perdas neste ano.

Na terça-feira, o índice S&P 500 atingiu uma baixa de 10% em relação à sua pontuação recorde alcançada em 3 de janeiro deste ano. Quando um indicador recua a partir dessa porcentagem em relação ao seu nível mais alto, ele entra na chamada "zona de correção".

JANEIRO

Arrecadação cresce 18% e chega a recorde de R\$ 235 bi

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

A arrecadação federal começou 2022 mantendo o avanço de dois dígitos registrado nos meses anteriores. O resultado chegou a R\$ 235,3 bilhões em janeiro, o que representa um crescimento real de 18,3% em relação a um ano antes.

Esse é o melhor resultado para o mês na série histórica, iniciada em 1995. Segundo a Receita Federal, os dados decorrem da melhora da economia frente a um ano atrás - com mais vendas em serviços, maior valor em dólar das importações e melhor situação das empresas.

Cobrados com base no desempenho das companhias, o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) registraram crescimento real somado de 32% e chegaram a R\$ 84 bilhões em janeiro.

Os principais contribuintes de IRPJ e CSLL são entidades financeiras e empresas de mineração. Em seguida, estão comércio atacadista, comércio varejista e empresas metalúrgicas.

Do total de IRPJ e CSLL, R\$ 12 bilhões são considerados extraordinários pela Receita Federal devido a declarações de ajustes das empresas nos números do ano passado. Essas mudanças podem ser informadas pelas companhias até março.

Removido o valor extraordinário, o avanço das receitas administradas pela Receita seria mais brando e cairia na comparação anual de 14,6% para 9,1%. Apesar disso, o resultado total continuaria recorde.

Outro item que impulsionou os dados de janeiro foi o PIS/Cofins - que avançou 8%, para R\$ 36,4 bilhões. A Receita afirma que a variação decorre de fatores como a maior arrecadação com empresas não financeiras,

com destaque para o setor de combustíveis, e o maior valor das importações.

O mercado de petróleo também tem dado uma ajuda significativa para as contas do governo. As chamadas receitas administradas por outros órgãos, o que inclui principalmente royalties de óleo e gás, quase dobraram (avanço de 92,5% em termos reais). Foram obtidos pelos cofres federais R\$ 17,9 bilhões com esse item em janeiro.

"Tivemos uma valorização do barril de petróleo. Uma vez que essas participações são calculadas com base no preço, isso se reflete na arrecadação", afirma Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

Os contratos futuros do petróleo Brent, que dispararam 50% em 2021, registraram alta de mais 14% em 2022, nas máximas em sete anos em torno de US\$ 89 (R\$ 489) por barril. O

avanço pode estar prestes a se tornar mais agudo com a perspectiva de um petróleo de mais de US\$ 100 (R\$ 549,72) o barril em meio à tensão na Ucrânia.

Os dados federais também foram beneficiados, embora em menor grau, pelo aumento de alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre crédito. O tributo estava sob efeitos de uma desoneração em janeiro de 2021 e teve cobrança elevada pelo governo no fim do ano. Com isso, a arrecadação com o imposto cresceu 92% em termos reais em janeiro, para R\$ 4,6 bilhões.

Por outro lado, caiu o recolhimento com o IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). A retração foi de 29,8%, para R\$ 2,7 bilhões. Segundo a Receita, os dados estão distorcidos porque a última cota do IRPF, referente ao ajuste de 2019, foi feita em janeiro de 2021 - o que impulsionou os números no ano passado.

DPF

Dívida Pública sobe 0,05% em janeiro e fica em R\$ 5,6 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O aumento recente dos juros compensou o alto volume de vencimentos de títulos prefixados, fazendo a Dívida Pública Federal (DPF) ficar estável em janeiro. Segundo números divulgados hoje (23) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,614 trilhões em dezembro para R\$ 5,616 trilhões no mês passado, alta de apenas 0,05%.

O Tesouro prevê que a DPF continuará a subir. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim do mês passado, o estoque da DPF deve encerrar 2022 entre R\$ 6 trilhões e R\$ 6,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,33%, passando de R\$ 5,349 trilhões em dezembro para R\$ 5,367 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 24,35 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos com antecedência).

O resgate líquido foi compensado pela apropriação de R\$ 42,19 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) subindo desde agosto do ano passado, a apropriação de juros aumenta.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 118,96 bilhões em títulos da DPMFi, com alta em relação a dezembro, quando as emissões tinham somado

R\$ 76,21 bilhões. No entanto, os resgates somaram R\$ 143,3 bilhões, quase a totalidade em títulos prefixados, que costumam vencer no primeiro mês de cada trimestre.

A queda do dólar também contribuiu para diminuir o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 5,77%, passando de R\$ 267,41 bilhões em dezembro para R\$ 266,3 bilhões em janeiro. Os principais fatores foram a queda de 4% do dólar no mês passado e o vencimento de R\$ 5,74 bilhões em títulos que estavam circulando no mercado interbancário.

COLCHÃO

Depois de três meses seguidos de alta, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu em janeiro. Essa reserva passou de R\$ 1,186 trilhão em dezembro para R\$ 1,132 trilhão no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre quase um ano de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,334 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O alto volume de vencimentos de títulos prefixados e a alta emissão de títulos vinculados à taxa Selic mudaram a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu de 36,83% para 38,43%. O PAF prevê que o indicador feche 2022 entre 38% e 42%. Esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic.

BC

Investimento estrangeiro no Brasil cresce e soma US\$ 4,7 bi em janeiro

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

Os investimentos diretos de estrangeiros no Brasil somaram US\$ 4,7 bilhões (R\$ 23,7 bilhões) em janeiro. Os dados foram divulgados pelo Banco Central ontem.

O montante ficou acima da previsão do BC para o mês, que era de US\$ 3,2 bilhões (R\$ 16,1 bilhões).

"A surpresa do IDP em relação à projeção se refere basicamente aos lucros reinvestidos, que aumentaram 75%. E esses lucros reinvestidos têm dois componentes: o próprio nível de lucros observado e as remessas que foram feitas em dezembro e que agora não ocorreram, como se poderia imaginar", afirmou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Em 12 meses, o volume de investimentos diretos de estrangeiros no país totalizou US\$ 47,7 bilhões (R\$ 238,8 bilhões), equiva-

lente a 2,94% do PIB (Produto Interno Bruto).

O resultado de janeiro é 34,3% superior em relação ao mesmo mês do ano passado, quando houve US\$ 3,5 bilhões (R\$ 17,7 bilhões) em investimentos desse tipo. O saldo líquido foi o maior registrado para janeiro desde 2018, quando chegou a US\$ 8,3 bilhões (R\$ 41,52 bilhões).

O fluxo voltou a ser positivo depois de desinvestimentos em dezembro do ano passado, quando os investimentos diretos no país tinham registrado saldo negativo de US\$ 3,935 bilhões (R\$ 19,9 bilhões). Isso significa que houve mais saída do que entrada de recursos. Na ocasião, o BC atribuiu o resultado negativo a um forte aumento das remessas de lucros para o exterior.

"A gente tem uma sazonalidade em dezembro, as matrizes do exterior precisam fechar seus balanços, as subsidiárias do mundo

inteiro mandam uma quantidade maior de lucros e dividendos. Com essa sazonalidade, tivemos uma saída muito grande de lucros remetidos no mês passado. Com isso, os lucros reinvestidos foram negativos, o que contribuiu para reduzir o IDP de dezembro", detalhou Rocha.

No mês de janeiro, US\$ 4,4 bilhões (R\$ 22,2 bilhões) foram aportados no Brasil por meio de participação no capital de empresas, quando a matriz estrangeira injeta recursos em troca de uma fatia do negócio local. Nesse caso, a remuneração para a companhia investidora se dá a partir da distribuição de lucros.

Já os empréstimos intercompanhia registraram entrada líquida de US\$ 307 milhões (R\$ 1,5 bilhão). Na modalidade, quando a matriz concede crédito a sua subsidiária brasileira, o retorno da empresa estrangeira é feito com pagamento de parcelas fixas em um

prazo determinado, com juros.

Para fevereiro, a estimativa da autoridade monetária é de entrada de US\$ 10 bilhões (R\$ 50 bilhões) de investimentos diretos de estrangeiros no país. Esse montante, se confirmado, representará o maior volume para o mês de fevereiro desde o início da série histórica, em 1995.

"Em dezembro, o lucro remetido ficou muito acima da média, em janeiro, muito abaixo. O que se espera para fevereiro é ter lucros reinvestidos num parâmetro normal, de acordo com o padrão. A gente vê, nessa primeira parte do mês de fevereiro, algumas operações de valor individual mais elevado sendo liquidadas, o que não tinha ocorrido em períodos mais recentes", explicou o chefe do departamento de estatísticas do BC. Nos saldos parciais até o dia 18 de fevereiro, o IDP soma US\$ 8,851 bilhões (R\$ 44,42 bilhões).

TÍTULOS

Custo de novas emissões de dívida pública alcança maior nível em 4 anos

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

Em um cenário de alta nos juros e maior incerteza em relação à situação das contas públicas, o custo médio das emissões de títulos da dívida pública pelo Tesouro Nacional atingiu 8,9% em janeiro, o maior patamar desde fevereiro de 2018.

Naquele mês, o custo médio ficou em 9,12% e vinha em uma tendência de baixa, na esteira da redução da taxa básica de juros, a Selic. Agora, a tendência vai na direção contrária.

Os dados deste mês só serão conhecidos em março, mas o Tesouro Nacional já indicou em seu relatório mensal da dívida que a pressão inflacionária e as tensões geopolíticas "seguem aumentando a aversão ao risco nos mercados globais". No Brasil, um dos efeitos é a ampliação dos juros.

A ampliação no custo médio das novas emissões aumenta a fatura com juros da dívida pública.

A Selic está atualmente em 10,75% ao ano, após ter ficado no piso de 2% entre o ano de 2020 e o início de 2021. A elevação da taxa

básica acaba influenciando o custo da dívida pública, assim como a aceleração da inflação - parte dos papéis tem remuneração atrelada a índices de preços.

As incertezas em relação à situação fiscal vêm desde a apresentação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que permitiu ao governo adiar parte do pagamento de dívidas judiciais contra as quais já não cabe recurso - o que foi visto por críticos da medida como um calote da União. No Congresso, a PEC teve seu al-

canço ampliado e acabou alterando o teto de gastos, regra que funciona como âncora fiscal do governo, para acomodar mais despesas no ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) buscará a reeleição. Mais recentemente, o governo tem discutido propostas para desonerar tributos federais sobre o diesel e o gás de cozinha, medida que pode resultar em uma renúncia de R\$ 19,5 bilhões, segundo cálculos da equipe econômica.

Especificamente em janeiro, também contribuiu para o movimento de alta nos custos de emissão a perspectiva de uma retirada mais rápida de estímulos monetários em outros países, como os Estados Unidos, além do acirramento das tensões entre Ucrânia e Rússia. "Isso criou uma percepção de risco. De forma geral, os emergentes tiveram uma piora de percepção de risco", disse o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Luis Felipe Vital.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

GOLPE A CAMINHO

General lança suspeita sobre isenção de ministros do TSE

MARIANNA HOLANDA E RICARDO DELLA COLLETTA/FOLHAPRESS

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, criticou ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ontem, e levantou suspeitas sobre a isenção e parcialidade deles.

A declaração do ministro ocorreu no dia seguinte à posse da nova presidência da corte eleitoral, por Edson Fachin.

Ainda que Ramos não tenha nomeado seus alvos, mencionou episódios envolvendo Fachin e Luís Roberto Barroso, que deixou o comando do TSE.

"Me dou o direito, quando autoridades investidas de um poder destes, começam a falar, a se expressar, com esse tipo de pronunciamento, me dá o direito de levantar dúvidas com relação à isenção e imparcialidade de futuros processos", disse Ramos, em cerimônia no Palácio do Planalto sobre nova carteira digital.

"Porque são críticas muito duras e pessoas a este homem, que ele sempre diz que está sentado nessa cadeira por missão de Deus", completou.

O ministro, que é general de Exército, seguiu a mesma tônica do presidente Jair Bolsonaro (PL) na semana passada. O chefe do Executivo chamou os ministros do TSE de "adolescentes" e disse que atuam para a volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O que motivou a retomada dos ataques de Bolsonaro e de Ramos aos ministros do TSE foram dois episódios na semana passada.

Durante reunião de transição da direção do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Fachin afirmou que uma das suas prioridades à frente da Corte é a segurança cibernética. Em encontros anteriores, ele já havia destacado o tema como a maior preocupação do TSE.

"Há riscos de ataques de diversas formas e origem. Tem sido dito e publicado, por exemplo, que a Rússia é um exemplo dessas procedências. O alerta quanto a isso é máximo e vem num crescendo", disse o ministro da corte eleitoral.

Na ocasião, Bolsonaro estava em viagem oficial à Rússia.

Durante seu discurso no Planalto, Ramos, que acompanhou

o presidente na viagem ao país europeu, classificou a fala de Fachin, ainda sem mencioná-lo, de "leviana", "irresponsável" e "inaceitável".

"Na viagem, fomos surpreendidos por notícias vindo do Brasil, que uma alta autoridade de uma instituição de Estado afirmou, de maneira leviana, por que não dizer de certa forma irresponsável, talvez sem ter consciência do que estava dizendo. Que nós estávamos na Rússia, liderados pelo presidente, para levantar processos, alguma artimanha, para os russos nos ensinarem e no retorno nós usarmos no Brasil. Isso, o termo correto, para lhe conhece, presidente, um democrata, é inaceitável", disse o general-ministro.

Em seguida, Ramos fez referência ao discurso de Barroso na última sessão presidida por ele. O então ministro do TSE criticou ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral, aos ministros do Supremo, e condenou a campanha pelo voto impresso.

"Mais tarde, na mesma semana por coincidência, nós tivemos a passagem de cargo de um órgão do Estado brasileiro. Nós

estávamos ainda na Rússia. Essa autoridade, que a gente prevê que tenha uma conduta serena, pacificadora, utilizou do seu discurso, de mais de 45 minutos, para de uma forma insidiosa, uma forma meio camuflada, para atacar o senhor. Atacar sem a consistência e com objetivos inconfessáveis", completou.

Ao encerrar o evento ontem, Bolsonaro comentou o discurso de seu ministro, que disse não ter sido combinado com ele. O presidente afirmou que "agências de checagem, arbitrariedades estapafúrdias, visando que dois ou três pessoas no Brasil passam a valer que todos nós juntos."

Mais uma vez, Bolsonaro não mencionou diretamente Fachin, Barroso ou Alexandre de Moraes. Em seguida, o presidente insinuou, mais uma vez, que o sistema eleitoral pode não ser confiável. "A alma da democracia está no voto. O seu João, a Dona Maria, tem o direito de saber se o teu voto foi contado."

Apesar de ter sido eleito no sistema de urnas eletrônicas, Bolsonaro é defensor do voto impresso, que foi derrotado no Congresso no ano passado.

CARNAVAL

Governo de SP diz que prefeituras é que devem fiscalizar festas

MARIANA ZYLBERKAN/FOLHAPRESS

O governo de São Paulo atribuiu às prefeituras a função de fiscalizar festas clandestinas e aglomerações durante o feriado de carnaval.

"O carnaval é uma decisão das prefeituras. A orientação do estado é evitar festas e aglomerações. Se houver algum desrespeito (às recomendações), são as prefeituras que devem acionar a Polícia Militar", disse o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), durante coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes ontem.

O secretário estadual de Saúde, Jean Gorinchteyn, reiterou o posicionamento e afirmou que "os municípios agirão para que festas clandestinas sejam impedidas uma vez que ainda estamos vivendo uma pandemia".

A postura atual do governo paulista difere dos primeiros meses da pandemia, quando foram deflagradas forças-tarefa para coibir festas clandestinas e aglomerações capacitadas pelo deputado federal e ator Alexandre Frota (PSDB).

As ações tinham a participação de agentes da Polícia Civil, Polícia Militar, Procon, Vigilância Sanitária e guardas-civis dos municípios.

Com a proibição dos blocos

de rua neste carnaval, proliferam nas redes sociais convites para festas privadas de carnaval com ingressos até R\$ 700.

RESPIRADORES

O governador comentou nesta quarta-feira sobre a investigação da Polícia Federal que acusa sua gestão de ter adquirido respiradores superaquecidos no início da pandemia.

Segundo ele, não há viés político nas acusações e afirmou que confia na Polícia Federal de São Paulo com quem tem uma "relação republicana" enquanto governador.

QUEDA DE MORTES

De acordo com Doria, o estado registrou queda no número de mortes por Covid-19 pela primeira vez em 2022 nesta semana, quando houve redução de 11% neste indicador.

"O controle da pandemia se deu de forma eficaz em decorrência da vacina", diz o secretário estadual de saúde, Jean Gorinchteyn.

Segundo o secretário, a taxa de ocupação das UTIs no estado está, atualmente, em 51%, sendo que há três semanas essa taxa ultrapassou 75%.

"Estamos na fase descendente da transmissão da Ômicron", disse o médico Paulo Menezes, coordenador do Centro de Contingência do governo estadual.

JUIZ LADRÃO

TCU pede a Aras avaliação sobre bloqueio de bens de Moro

CONSTANÇA REZENDE/FOLHAPRESS

O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que se manifeste sobre a possibilidade do bloqueio de bens do ex-juiz Sergio Moro.

A solicitação foi feita pelo Ministério Público do TCU no processo em que se investiga um possível conflito de interesse na atuação de Moro na empresa de consultoria Alvarez & Marsal.

A ida do ex-juiz federal para a Alvarez & Marsal é motivo de controvérsia, já que a empresa foi nomeada judicialmente para administrar a recuperação judicial de firmas que foram alvos da Lava Jato.

Bruno Dantas determinou a

remessa da cópia integral do processo a Aras para que ele examine a matéria e, se entender ser o caso, determine as providências para a sua apuração.

"Não tenho dúvidas de que são fatos que precisam ser mais bem apurados. E é por essa razão que me causa estranheza certa atuação apressada de qualquer peticionante que pretenda interromper o fluxo natural do processo, antes mesmo da conclusão das apurações", disse Dantas.

"É natural que os investigadores desejem esse desfecho, mas não os órgãos de investigação, de quem se espera imparcialidade independentemente de simpatias preexistentes", disse completou.

Segundo o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, a Alvarez & Marsal recebeu cerca de

R\$ 40 milhões de empresas condenadas na Lava Jato, sendo R\$ 1 milhão por mês da Odebrecht e Ativos, R\$ 150 mil da Galvão Engenharia, R\$ 97 mil da OAS e R\$ 115 mil mensais do Estaleiro Enseada.

"Investiga-se a possível ocorrência de conflito de interesse na medida em que o ex-juiz, em um primeiro momento, atuou em processo judicial com repercussões na esfera econômica e financeira da empresa e, posteriormente, passou a auferir renda, ainda que indiretamente, no processo de recuperação judicial para o qual seus atos podem ter contribuído", diz o documento.

Dantas também enviou peças do processo à Receita Federal e ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do

Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O ministro pede que esses órgãos também avaliem a pertinência de adotar medidas junto ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre as empresas do ex-juiz do grupo Alvarez & Marsal e a atuação de Moro.

Dantas afirmou em sua decisão que, "enquanto os procuradores da Operação Lava-Jato, liderados pelo procurador da República Deltan Dallagnol alardeavam os bilhões de reais devolvidos ao erário, as empresas do grupo Odebrecht entraram com pedido de recuperação judicial, o que significava que todos os créditos da União passavam à categoria de quirografários e, portanto, iriam para o fim da fila de preferência no caso de falência do grupo".

PSDB

Araújo rejeita proposta de reunião com ex-presidentes

O presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, reagiu em nota à articulação comandada por seus antecessores no cargo para promover uma reunião ampliada do diretório nacional, com o objetivo de pressionar o pré-candidato do partido a presidente, o governador de São Paulo, João Doria.

Como mostrou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a articulação tem por objetivo cobrar de Doria explicações sobre seu mau desempenho nas pesquisas eleitorais, parte das pressões para que o PSDB o substitua pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

Segundo Araújo, "já houve reunião com os ex-presidentes do partido".

"O tema discutido foi a conjuntura nacional e eleitoral. Em nenhum momento foi abordada ou demandada a necessidade de reunião ampliada da Executiva Nacional", declarou.

CAMPANHAS

Fachin descarta TSE impor sigilo sobre dados de doações

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, afirmou ontem que, em sua gestão, não haverá imposição de sigilo sobre dados de doadores eleitorais e de pessoas que prestem serviços para campanhas políticas.

Fachin foi empossado na noite desta terça-feira passada como presidente do TSE, com previsão de ficar no cargo até o dia 16 de agosto.

O ministro disse que, embora essa imposição de sigilo não vá ocorrer em sua gestão, a questão "não é tão simples quanto parece" e deve haver discussão a respeito de dados sobre candidatas e ex-candidatos que possam ser sensíveis, como endereço residencial.

Ele ressaltou, porém, que a prioridade é a transparência.

"Os atuais mecanismos que estão hoje à disposição da sociedade na Justiça Eleitoral, especialmente no Tribunal Superior Eleitoral, se forem alterados, talvez serão alterados após um

longo debate com a sociedade e especialistas interessados, onde se evidencie em relação a esses dados questões como necessidade, utilidade e adequação", afirmou Fachin.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, entidades que defendem a transparência das informações públicas estão preocupadas com a possibilidade de o TSE impor sigilo sobre dados de doadores eleitorais e de pessoas que prestem serviços para campanhas políticas.

A discussão se dá num processo em que o TSE analisa a aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no contexto eleitoral.

A corte criou um grupo de trabalho e tem colhido sugestões sobre o tema. Ainda não há prazo para julgamento em plenário.

A falta de decisão sobre o assunto havia ligado o alerta o alerta de organizações que integram o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.

Em encontro que tiveram com o ministro, as entidades re-

lataram o receio de que uma determinada leitura da LGPD leve a corte a privilegiar a proteção dos dados pessoais em detrimento da transparência, subvertendo o princípio da Lei de Acesso à Informação (LAI) segundo o qual a publicidade deve ser a regra, e o sigilo, a exceção. Na avaliação dessas organizações, seria um retrocesso.

Segundo Fachin, está sendo feito "um conjunto de procedimentos que propunha harmonizar essas duas grandezas, a proteção dos dados pessoais e a transparência".

Em entrevista a jornalistas nesta quarta, Fachin repetiu que priorizará a segurança no TSE e que os sistemas do órgão podem ser atacados, mas enfatizou que as urnas eletrônicas são seguras e não se conectam à internet.

Tanto o ministro como o TSE e as urnas eletrônicas têm sido frequentemente atacados por Bolsonaro, que não compareceu à posse. Em seu lugar, participou virtualmente o vice-presidente Hamilton Mourão.

Vício

Doria cria fumódromo e Palácio volta a liberar cigarros após 14 anos

GUILHERME SETO/FOLHAPRESS

O governador João Doria (PSDB-SP) criou um fumódromo no jardim do Palácio dos Bandeirantes, interrompendo um histórico de restrição total ao uso de cigarros e outros produtos do tipo no local que durava mais de 14 anos.

Em 2008, com José Serra (PSDB), o Palácio recebeu o Selo de Ambiente Livre do Tabaco, na categoria Ouro, concedido somente aos espaços 100% sem tabaco, em que funcionários e visitantes não fumam nas dependências, sejam internas, externas ou até mesmo dentro de veículos no estacionamento.

A gestão estadual implantou as políticas mais firmes de proibição ao cigarro no Palácio no segundo semestre de 2007. Vice-governador de José Serra no mandato, Alberto Goldman era obrigado a deixar as dependências do Palácio para fumar charutos, diz reportagem da Veja da época, por exemplo.

A Folha mostrou que os últimos cinzeiros de três fumódromos foram retirados do Palácio dos Bandeirantes em setembro daquele ano e os funcionários passaram a ser multados quando flagrados fumando, inclusive nos jardins onde hoje está localizado o fumódromo de Doria.

Em um ano, de 2007 a 2008, 50 dos 190 funcionários que eram fumantes abandonaram o cigarro, segundo levantamento feito pela gestão Serra. Há até hoje placas nas paredes que dizem que fumar é proibido em todos os ambientes do Palácio.

A ideia de Serra com a proibição inflexível era a de transformar o Palácio em um exemplo para que estabelecimentos comerciais aderissem às políticas de restrição. O governador, atualmente senador, sancionou a Lei Estadual Antifumo em 2009, proibindo a prática nos ambientes fechados de uso coletivo.



ABRASIL

O selo e a política associada são constantemente exaltados como motivos de orgulho das gestões tucanas em São Paulo.

O novo fumódromo do Palácio tem cinzeiros verticais de metal, bancos de madeira e fica sobre uma camada de brita.

"O Palácio foi um dos primeiros lugares a se declarar 100% antifumo. É um retrocesso em relação ao exemplo que o governo do estado dá à população. Desmerece o selo que tem. É lamentável, espero que revejam a iniciativa", diz a advogada Adriana Carvalho, diretora jurídica da ACT Promoção da Saúde (Aliança de Controle do Tabagismo).

"O selo é um reconhecimento, um compromisso de boas práticas. Tem uma questão simbólica, o Palácio adotava uma política interna mais protetiva do que a lei, era totalmente livre de tabaco, e agora está recuando", completa Adriana.

Segundo apurou o Painel, Doria se disse incomodado com a presença dos fumantes na portaria do Palácio e por isso determinou a criação do espaço, que fica no jardim, aberto, mas próximo a mesas de almoço, o que gera potencial de dano a não-fumantes.

Em nota, o governo de SP diz que defende e respeita a Lei Antifumo e que o espaço é em uma área ao ar livre e arborizada, e "a lei permite o consumo de cigarros em ambientes abertos". O texto também diz que a medida visa garantir mais conforto e segurança a funcionários e visitantes.



Direito & Justiça

Sustentabilidade na saúde suplementar

Como tive a oportunidade de mencionar em recente seminário promovido pelo IESS - Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, que contou com as honrosas presenças do ex-Ministro José Cechin, do Ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva e da Diretora Médica Dra. Vanessa Assalim, existe uma má judicialização da saúde, que é aquela que obriga as operadoras de planos de saúde a cobrir procedimentos e eventos que não têm fulcro na legislação vigente, especialmente no Rol de Procedimentos e Eventos da ANS, que é editado com fundamento no parágrafo 4º. do art. 10 da Lei n. 9.656, de 1998.

Muitas decisões judiciais se esquecem que os planos de saúde representam um verdadeiro fundo comum, pois se baseiam no mutualismo, que é a socialização dos riscos. Em termos práticos, não são as operadoras que pagam pelas citadas coberturas, mas os próprios consumidores ou beneficiários do plano de saúde, sendo que o preço é estabelecido com base em estudo técnico-actuarial, e eventuais coberturas não previstas na legislação acabam distorcendo a equação econômico-financeira que norteou a contratação, exigindo que seus beneficiários tenham que pagar contraprestações pecuniárias cada vez maiores. Ademais, estas decisões acabam privilegiando alguns, que receberão cobertura maior do que aquela contratada, em detrimento de toda a massa de beneficiários.

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, que discutia proposta de aumento de cobertura, mencionei que se faz mister verificar se os consumidores e os beneficiários têm condições de suportar tais ampliações de atendimento, pois serão eles, ao final, que irão pagar a conta, pois como dizem os americanos "Don't have free lunch". Alguém terá que pagar a conta, sendo que, muitas vezes, no afã de proteger, acabamos desprotegendo, pois muitas pessoas não terão condições de pagar seu plano de saúde, tendo que ser atendido pelo SUS, que realiza um extraordinário trabalho, mas que terá seus recursos diminuídos em face daqueles que não conseguiram pagar seus planos de saúde.

Ora, foi o próprio legislador quem definiu que o rol de coberturas seria estabelecido pela ANS, e, concomitantemente, também existem no parlamento inúmeros projetos de lei que objetivam o aumento de cobertura ofertada pelos planos privados de assistência à saúde aos seus consumidores e beneficiários, de modo que, é possível constatar a existência de sérios conflitos entre os próprios poderes constituídos com referência ao mencionado assunto.

Quando um juiz concede uma cobertura que não tem amparo na lei dos planos de saúde ele está criando uma "nova" obrigação para a operadora (e seus mutualistas), com efeito retroativo, invadindo a separação dos poderes e contrariando o princípio da legalidade, gerando, muitas vezes, externalidades positivas para os consumidores/beneficiários e negativas para as operadoras de planos privados de assistência à saúde, resultando em distorções nos custos dos planos e, principalmente, nos seus cálculos e estudos atuariais, impondo o oferecimento ao mercado de planos mais caros, que acabam restringindo o acesso de muitos consumidores a este mercado.

Por fim, trazemos à colação trecho de recente acórdão do STJ (AgInt no Ag em RE n. 1.810.221-GO), relatado pelo Ministro Luís Felipe Salomão, que bem apreciou a questão da judicialização da saúde, tendo mencionado na ementa que:

7. "Conforme adverte a abalizada doutrina, o fenômeno denominado 'judicialização da saúde' exige redobrada cautela e autocontenção por parte de toda a magistratura, para não ser levada a proferir decisões Documento: 141717455 - EMENTA, RELATÓRIO E VOTO - Site certificado Página 4 de 30 Superior Tribunal de Justiça limitando-se ao temerário exame insuladado dos casos concretos, que, somados, correspondem à definição de políticas públicas, feita sem qualquer planejamento (que o Judiciário, pela justiça do caso concreto, não tem condições de fazer) e sem atentar para as deficiências orçamentárias que somente se ampliam em decorrência de sua atuação, desprovida que é da visão de conjunto que seria necessária para a definição de qualquer política pública que se pretenda venha em benefício de todos e não de uma minoria'. Com efeito, o 'grande risco da concessão judicial indiscriminada [...] é que o sumum jus (concessão de um direito individual mal investigado) se transforme em summa injuria (interesse coletivo desprotegido). Isto sem falar que o juiz se substitui ao Legislativo e ao Executivo na implementação de políticas públicas, concentrando em suas mãos uma parcela de cada um dos três Poderes do Estado, com sérios riscos para o Estado de Direito e para a segurança jurídica" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Judicialização de políticas públicas pode opor interesses individuais e coletivos)" (AgInt no AREsp 1619479/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/03/2021, DJe 05/04/2021)

Evidencia-se, portanto, que a sustentabilidade dos planos de saúde, inclusive daqueles administrados pelas entidades de autogestão, que não possuem finalidade lucrativa e que são geridos pelos próprios trabalhadores e servidores públicos, depende da forma como o judiciário aprecia as demandas dos consumidores e beneficiários que exigem coberturas que não possuem amparo na legislação vigente, o que gera grave instabilidade jurídica aos agentes envolvidos na atividade de saúde suplementar. Ademais, a última *ratio* do direito é, justamente, trazer previsibilidade e segurança jurídica.

José Luiz Toro da Silva
Advogado. Mestre e Doutor em Direito.
Pós Doutorado na Universidade de Coimbra

GUERRA

China diz que governo Biden atíça briga entre Rússia e Ucrânia

Protagonista de uma aliança cada vez mais estreita com os russos, a China criticou ontem os Estados Unidos pelo que descreveu como um comportamento de "jogar lenha na fogueira" da crise acesa no Leste Europeu, em torno das fronteiras ucranianas.

O comentário, feito por uma porta-voz da chancelaria chinesa, vem um dia após o governo de Joe Biden anunciar novas sanções contra Moscou devido ao reconhecimento de duas autoproclamadas repúblicas separatistas russas do leste da Ucrânia. Há mais de um mês, Washington alardeia que uma invasão do país seria iminente.

"Os Estados Unidos não deixaram de vender armas para a Ucrânia, aumentando a tensão e criando pânico", disse Hua Chunying a repórteres locais. "Alguém que joga lenha na fogueira e acusa os outros assume uma postura imoral e irresponsável."

Questionada sobre a possibilidade de a China impor sanções aos russos como retaliação ao avanço pelo território ucraniano, assim como o fizeram não apenas os EUA, mas também países europeus, Japão e Austrália, ela descartou quaisquer chances. "(Sanções) nunca foram uma forma eficaz de resolução de conflitos", declarou.

As falas sobem um pouco o tom da diplomacia chinesa em relação ao conflito. Pequim havia emitido um comunicado discreto pedindo contenção a todos

os envolvidos na confusão. Quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reuniu na última segunda-feira, a representação chinesa limitou-se a dizer que Pequim acolhe e encoraja todos os esforços para uma solução diplomática da crise.

Já nesta terça-feira, durante entrevista coletiva, outro porta-voz da chancelaria disse que a China estava monitorando de perto a evolução da situação na Ucrânia e que a posição do país é de respeito às preocupações de segurança de qualquer nação. "A situação na Ucrânia está piorando, e a China, mais uma vez, pede a todas as partes que exerçam a diplomacia e resolvam as diferenças com diálogo."

Wang Wenbin, o porta-voz da ocasião, disse ainda que o conflito na região está diretamente relacionado ao atraso para a implementação efetiva do acordo de Minsk 2, de 2015, que apresentou uma fórmula para reintegrar à Ucrânia as regiões separatistas apoiadas pela Rússia.

A escalada na crise do Leste Europeu também mantém Taiwan alerta. Autoridades da ilha temem que Pequim possa aproveitar a janela de oportunidade aberta pelo fato de o Ocidente estar concentrando esforços diplomáticos no conflito ucraniano para aumentar a pressão sobre Taiwan, que se considera um país independente, ainda que seja descrito pelo regime chinês como uma província rebelde.

A presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen, ordenou nesta semana

que os militares e as forças de segurança da ilha intensifiquem a vigilância, permaneçam alertas para atividades militares na região, e reforcem as equipes de prontidão para um possível combate.

A líder disse, durante reunião de um conselho criado no mês passado para pensar a questão, que a situação da ilha e da Ucrânia são "fundamentalmente diferentes". Ainda assim, expressou empatia pela situação da Ucrânia em razão da ameaça militar russa.

O chanceler taiwanês, Joseph Wu, afirmou em duas ocasiões, à mídia internacional, que a ilha observa de perto movimentos de Pequim para entender se o regime chinês aproveitaria a crise ucraniana para atacar. Analistas são céticos quanto a essa possibilidade e argumentam que Taiwan tem uma importância estratégica maior que a da Ucrânia, o que exige que um conflito militar ali seja muito mais calculado.

Questionado sobre o assunto, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China disse que "Taiwan não é a Ucrânia", descartando possibilidade de movimento por parte de Pequim semelhante ao que tem sido feito por Moscou.

Na sequência, porém, retomou o argumento chinês histórico ao afirmar que a ilha pertence à China. "Taiwan sempre foi uma parte inalienável da China", disse. "Trata-se de um fato histórico, legal e indiscutível."

UE impõe sanções à Rússia em meio a crise com Ucrânia

A União Europeia aprovou ontem um pacote inicial de sanções contra a Rússia em reação ao reconhecimento por parte do presidente Vladimir Putin da independência de duas regiões separatistas na Ucrânia, depois de meses de tensão após o Kremlin posicionar mais de 100 mil soldados em diferentes pontos da fronteira com o país.

O pacote já havia sido cancelado por unanimidade pelos ministros das relações exteriores dos 27 países-membros na terça-feira passada, mas precisava ainda ser confirmado pelos respectivos embaixadores, o que ocorreu ontem.

As sanções impactam os 351 membros da Duma, câmara baixa do Parlamento russo, que chan-

celaram a decisão de Putin -por enquanto, o presidente está de fora da lista. Eles estão proibidos de viajar aos países do bloco e tiveram bens na UE congelados.

O pacote de retaliações atinge ainda 27 entidades e indivíduos que, segundo o bloco, participaram "da ameaça à integridade territorial, soberania e independência da Ucrânia". Neste grupo estão membros do governo; bancos e executivos que forneceram apoio financeiro e material às operações nas regiões separatistas de Donetsk e Luhansk; autoridades militares e indivíduos "responsáveis por liderar a guerra de desinformação contra a Ucrânia".

As sanções incluem o congelamento de bens, a suspensão de fi-

nanciamento de projetos e levantamento de fundos e a proibição de viagens para países do bloco.

As novas medidas também restringem o comércio das regiões separatistas com a União Europeia, bem como o acesso a investimentos, e a proibição de exportação de bens e tecnologias. O governo russo também terá acesso restrito ao mercado de capitais europeu.

NEGOCIAÇÃO

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse ontem que está disposto a negociar uma solução diplomática para a crise com o Ocidente, desde que respeitados os "interesses e a segurança" de seu país. Para ele, "inegociáveis".

Papa pede que políticos examinem suas consciências diante de crise na Ucrânia

O Papa Francisco lamentou ontem a ameaça de guerra na Ucrânia, dizendo que considera a situação "cada vez mais preocupante", e fez um apelo para que os líderes envolvidos na crise examinem suas consciências antes de tomar ações que provoquem sofrimento.

"Apesar dos esforços diplomáticos destas últimas semanas, temos diante de nós uma situação cada vez mais preocupante", disse, após sua audiência semanal. "Peço a todas as partes envolvidas que se abstenham de realizar ações que possam provocar ainda mais sofrimento aos povos."

O pontífice argentino lançou um apelo "a todos os que têm responsabilidades políticas para que façam um sério exame de consciência diante de Deus, que é um Deus de paz, e não de guerra", para que "sejam irmãos, e não inimigos".

"Tenho muita dor no coração por causa do agravamento da situação na Ucrânia", disse Fran-

cisco, acrescentando que a paz está ameaçada por interesses partidários.

"Apelo a todos os lados para que se abstenham de qualquer

ação que possa provocar mais sofrimento às populações, desestabilizar a convivência entre as nações e desacreditar o direito internacional."

TRAGÉDIA

Castro garante recursos federais para Petrópolis

ELIANE CARVALHO/GOVERNO DO RJ



O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (foto), apresentou na noite de terça-feira, em Brasília, ao ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o andamento dos estudos e projetos básicos para intervenções estruturais em Petrópolis e de construção de unidades habitacionais para as vítimas das fortes chuvas que atingiram a cidade. Na reunião, Rogério Marinho autorizou a liberação de até R\$ 70 milhões para dar início à primeira fase do plano.

"Nós trouxemos os pleitos mais emergenciais e conseguimos a liberação de recursos importantes para dar início a uma grande reestruturação de Petrópolis, que deve custar R\$ 400 milhões e durar dois anos e meio, além de tratar da questão habitacional, cuja demanda vai aumentar em razão da tragédia", afirmou Cláudio Castro.

Em um primeiro momento, o Centro Histórico será priorizado com três intervenções: o túnel extravasador do Rio Palatinato, o redimensionamento do canal do Centro e do Quitandinha e a macrodrenagem do bairro Coronel da Veiga. A previsão é que a obra seja licitada até junho. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) já executa, desde o ano passado, um estudo que contempla toda a cidade, esteatado pelo governo federal.

Diante da necessidade de remoção de moradias em áreas de risco e do número de desabrigados, o Ministério do Desenvolvimento Regional definiu que não haverá limitação de recursos. Com base no número de pedidos de Aluguel Social, estima-se que serão necessárias mais de 1.000 unidades habitacionais. "A prefeitura e o governo do estado vão buscar os terrenos, mas não há restrição de orçamento ou limite do número de unidades", garantiu o ministro.

Na última sexta-feira, em visita a Petrópolis com o presidente da República, Jair Bolsonaro, Rogério Marinho anunciou que seriam disponibilizados R\$ 2 bilhões em recursos extraordinários direcionados a municípios atingidos por desastres naturais.

Também participaram do encontro o deputado federal Hugo Legal, o secretário Nacional de Defesa Civil, coronel Alexandre Lucas, e os secretários de Estado de Infraestrutura e Obras, Max Lemos, e do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha

BR-040

O governador Cláudio Castro, se reuniu com Marcelo Sampaio, secretário executivo do Ministério da Infraestrutura, para coordenar alterações viárias na BR-040 que vão permitir maior fluidez ao trânsito de Petrópolis, reduzindo o tempo de deslocamento das equipes e maquinário de limpeza e do Corpo de Bombeiros. O deputado federal Hugo Legal e os secretários de Estado de Infraestrutura e Obras, Max Lemos, e do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, também participaram da reunião com representantes da Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária.

S.A. RÁDIO TUPI
CNPJ: 33.267.741/0001-92 - NIRE: 33.3.0013108-6
Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 08 de março de 2022, às 11:00 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 120, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Mudança de endereço da sede da Sociedade. Rio de Janeiro - RJ, 22 de fevereiro de 2022. **Josemar Gimenez de Resende** - Diretor - Presidente.
Joaquim Tarcisio de Paula Freitas - Diretor Vice-Presidente Institucional.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2021

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 89/2021 no dia 11/03/2022 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos e insumos para a saúde (CICLOSPORINA 100 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 50 ML; CILOSTAZOL 50 MG COMPRIMIDO; CIPROFIBRATO 100 MG COMPRIMIDO, etc.) Processo nº. 33409.006890/2021-62. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.